

Após ataques, Lula exonera 56 militares de cargos nos palácios

SERVENTIA DA CASA

Lula demite 56 militares com cargos nos palácios e aumenta pressão sobre Múcio

ALICE CRAVO E JENIFFER GUILARTE
politic@globo.com.br
BRASÍLIA

Cinco dias após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar que as portas do Palácio do Planalto foram abertas aos golpistas que o depredaram, 45 militares lotados em setores responsáveis pelas residências oficiais da presidência foram dispensados. A grande maioria, 40, atuava no Palácio da Alvorada, para onde o petista e a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, devem se mudar no mês que vem. Na mesma leva, o Diário Oficial trouxe o desligamento de 11 oficiais do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

A dispensa em massa reforça a desconfiança de Lula com os fardados e tende a contaminar ainda mais a abalada relação dele com a caserna. Diante da iminência de crise, o ministro da Justiça, José Múcio, tenta marcar uma reunião entre o petista e os comandantes do Exército, da Marinha e Aeronáutica, o que deve ocorrer até o fim desta semana.

Afora o grupo afastado do Alvorada, também ontem houve o desligamento de cinco militares lotados na Diretoria de Apoio às Residências Oficiais, entre eles um dos chefes do departamento, o coronel da Polícia Militar do Distrito Federal Marcelo de Oliveira Ramos. A presidência tem ainda o Palácio Jaburu, onde vive o vice-presidente, e a Granja Torto, muitas vezes usada para momentos de lazer do chefe do Executivo.

Entre os quadros do GSI que perderam seus postos, três estavam vinculados à Coordenação-Geral de Operações de Segurança Presidencial. O demais atuavam em outros braços do Executivo.

A barca de dispensados precede uma dura acusação de Lula contra os militares. Na semana passada, logo após os ataques às sedes dos três Poderes, ele afirmou que "gente das Forças Armadas" foi conivente com a in-



Turbulência. Militares trocam a guarda no Palácio da Alvorada: dispensa expõe desconfiança de Lula com as Forças, e ministro tenta reunião com comandantes

vasão ao Planalto, local de trabalho do presidente.

— Muita gente das Forças Armadas aqui dentro (foi) conivente. Eu estou convencido de que a porta do Palácio do Planalto foi aberta para essa gente entrar, porque não tem porta quebrada — justificou.

GSI ESVAZIAO

Desde a transição, um dos principais focos de preocupação do novo governo é o GSI, tratado por petistas como um dos maiores abrigos de simpatizantes do ex-presidente Jair Bolsonaro na máquina federal. Reflexo desse diagnóstico, Lula esvaziou o órgão ao assumir. Ele incumbiu a Polícia Federal de fazer a sua segurança, atribuição que cabia ao GSI até então.

Como o GLOBO revelou anteriormente, até segunda-feira, dos 80 integrantes de cargos de confiança que compunham o órgão, apenas sete haviam sido exonerados desde a posse do petista — menos de

40

Só no Alvorada
O "expurgo" de militares do Palácio incluiu 40 fardados com cargos na Administração da residência oficial do presidente da República

10% do total. O GSI é composto por cerca de 1.100 servidores, sendo 80 integrantes de cargos de confiança.

O roteiro de desgastes que dividem Lula e os militares tem aumentado a pressão sobre José Múcio. Ele foi escolhido para comandar a Defesa

justamente para construir um ambiente harmônico entre o chefe e os representantes da caserna. O ministro saiu fugido dos ataques golpistas do dia 8 de janeiro. Na avaliação de petistas, ele deveria ter atuado de forma mais efetiva para acabar com os acam-



DIVULGAÇÃO/RICARDO STUCKERT/20-02-2023

Costura. Múcio, ao tomar posse, e Lula: ministro da Defesa busca amenizar tensão

pamentos bolsonaristas montados em frente aos quartéis-generais desde novembro. Ao tomar posse, no dia 2, Múcio sinalizou em sentido contrário. Naquele dia, classificou os atos como manifestações democráticas e admitiu que tinha parentes acampados. Na semana passada, setores do PT defenderam sua saída do governo. Foi preciso que Lula reafirmasse publicamente sua confiança no auxiliar para amainar a fúria.

Nesse cenário, Múcio trabalha para reunir o petista e os comandantes das Forças Armadas em torno da mesma mesa. Quer com isso desfazer o clima do primeiro encontro entre eles, ocorrido no dia seguinte aos ataques. Na ocasião, Lula foi duro ao demonstrar a indignação com a conduta dos militares durante os atos de vandalismo.

EPICENTRO DA TENSÃO

O maior foco de tensão entre Planalto e os fardados é a atuação do comandante do Exército, general Júlio Cesar de Arruda. Foi em frente a quartéis da Força que ele comanda que milhares de manifestantes acamparam por mais de 60 dias para contestar a vitória eleitoral de Lula. Entre integrantes do governo, há a leitura de que o Exército não poderia ter permitido a permanência dos acampamentos, embora essas estruturas tenham sido montadas no final do ano passado, ainda na gestão de Bolsonaro — Arruda assumiu o posto no dia 30 de dezembro.

Para tentar virar a página, Múcio deve levar a Lula assuntos que possam superar os desgastes sofridos pelos militares, tratando de demandas específicas do Exército, da Marinha e Aeronáutica, em uma tentativa de empregar uma agenda positiva a partir de então. Ontem, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, almoçou com Múcio e os comandantes das três Forças no Ministério da Defesa.

— Queremos aumentar o investimento em Defesa, nas Forças, com formação de mão de obra — adiantou Costa.

Primo de Brillante Ustra está na lista de exonerados

Militar já demonstrou apoio a Bolsonaro e Mourão nas redes sociais; expurgo também atingiu membros da Comissão de Anistia

Entre os militares dispensados ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva está um parente do torturador Carlos Alberto Brillante Ustra, homenageado por Jair Bolsonaro em várias ocasiões. O coronel Marcelo Ustra da Silva Soares, exonerado no Diário Oficial da União (DOU), é primo do ex-agente da ditadura, segundo a CBN.

Nas redes sociais, Marcelo Ustra demonstrou, em algumas ocasiões, ser apoiador

do ex-presidente da República. Também fez publicações endossando a candidatura do ex-vice-presidente Hamilton Mourão ao Senado nas eleições do ano passado.

O coronel Brillante Ustra foi chefe do Doi-Codi e apontado por dezenas de perseguidos políticos e familiares de vítimas do regime militar como responsável pelas perseguições, tortura e morte de opositores do golpe de 64. Ustra era conhecido nos porões da ditadura como "Dr. Tibiri-

çã". Ele era o único militar brasileiro declarado torturador pela Justiça. Morto em 2015, foi elogiado diversas vezes por Bolsonaro.

NOVA COMPOSIÇÃO

Em outra frente, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) excluiu militares indicados por Bolsonaro para a Comissão de Anistia. A pasta publicou ontem uma portaria com os 16 nomes que farão parte do colegiado, que tem o objetivo

de oferecer reparação a vítimas de perseguição durante a ditadura militar ou seus familiares. Entre os novos membros está Rita Maria de Miranda Sipahi, perseguida e presa pela ditadura em 1971. A comissão será presidida pela professora da UNB Eneá de Stutz e Almeida.

Entre os excluídos estão o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, que foi comandante da Escola de Comando do Estado Maior do Exército e tam-

bém secretário-geral do Comando do Exército. Ao passar para a reserva, o militar se tornou um dos maiores opositores públicos da ala militar à Comissão Nacional da Verdade.

Em entrevista à colunista Miriam Leitão, Rocha Paiva disse "ser contra" a comissão. Ele também escreveu o prefácio do livro "A verdade sufocada", escrito por Ustra. Também foram retirados da comissão o coronel do Exército Vital Lima Santos, o co-

ronal da Aeronáutica Tarcísio Gabriel Dalcin e o coronel Dionei Tonet, ex-comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

De acordo com o ministério, de 2019 a 2022, 95% dos 4.285 processos julgados pela comissão foram indeferidos, o que descaracterizaria o conceito mantido até 2017 de "reparação integral". Agora, afirma a pasta, o grupo terá a "missão de reverter a interferência política propagada desde 2019 — no sentido de paralisar os trabalhos do grupo por meio da omissão do Estado brasileiro" e analisará os requerimentos observando a ordem cronológica e requisitos de prioridade como idade, doença, desemprego e renda.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4